

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SABROSA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. -----

---- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Sabrosa e no Auditório Municipal, teve lugar pelas dezoito horas, a terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pelo seu Presidente, Domingos Manuel Alves Carvas, coadjuvada pela Primeira Secretária da Mesa, Maria Teresa Nabais Pedro e pelo Segundo Secretário da Mesa, João Manuel Barros da Veiga. Aberta a sessão, o Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a chamada, verificando a presença dos seguintes Membros: -----

- Domingos Manuel Alves Carvas; -----
- Maria João Pinto de Matos Bessa; -----
- Maria Teresa Nabais Pedro; -----
- Suzanne da Conceição Monteiro Peixoto; -----
- João Manuel Barros da Veiga; -----
- João Manuel Alves Borges; -----
- David Marques Bernardo; -----
- Celeste Idalina de Carvalho Marques; -----
- Maria Alice Vilela Pinto da Lapa; -----
- Carla Maria Marques de Freitas; -----
- Dani Fernandes Teixeira; -----
- Ana Cláudia Ferreira Carvalho; -----
- António Rodrigo da Silva Timóteo; -----
- Fernando Carvalho da Silva; -----
- Maria Francisca Pinto de Meireles Graça; -----
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** -----
- Sérgio Wilson Fonseca Gonçalves; -----
- Victor Manuel Simões Teixeira; -----
- Eduardo Fernando Martins Silva Correia; -----
- Márcio Manuel Rebelo Félix; -----
- Gilberto Marinho Monteiro Taveira; -----
- Carlos Manuel Ferreira Rodrigues Madureira; -----
- Artur Jorge Amaral da Veiga; -----
- Vanessa de Sousa Ribeiro, em substituição de Cilina Ledo Vilela; -----
- José Carlos Correia Gonçalves; -----
- António José Borges Garcia; -----
- Ana Cristina Fernandes Rente; -----
- António Manuel da Fonseca Venâncio. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Vice-presidente, Martinho Barrias Gonçalves, estando presentes os Vereadores António Augusto Marques Ferreira de Araújo, Mário Augusto dos Santos Varela e António Gilberto Regas Correia. -----

A Presidente da Câmara Municipal, Maria Helena Marques Pinto da Lapa, esteve ausente da sessão por imperativo de serviço oficial, conforme informação prestada pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, com a presença de todos os 27 (vinte e sete) membros, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente sessão ordinária. -----

----- **Ponto um: Período antes da ordem do dia:** -----

O Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo os deputados Maria João Bessa, Celeste Marques, Ana Carvalho, o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, Artur Veiga e os deputados João Veiga e Suzanne Peixoto, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra a deputada Maria João Bessa, do Partido Social Democrata (PSD), que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção: *“As recentes intempéries que assolaram o país provocaram prejuízos significativos, atingindo populações, bens e infraestruturas essenciais, com impactos que, em muitos casos, ainda se fazem sentir.* -----

O concelho de Sabrosa não foi exceção. O deslizamento de terras ocorrido em São Cristóvão do Douro, que resultou na destruição de um armazém e no soterramento de várias viaturas, bem como o registo de diversas derrocadas e o consequente condicionamento de estradas em Gouvães do Douro e no Ferrão, constituem ocorrências de elevada gravidade que não podem ser desvalorizadas. -----

Perante este cenário, impõe-se a esta Assembleia uma análise séria, rigorosa e responsável, que vá além do mero registo dos factos, avaliando causas, consequências e, sobretudo, as medidas concretas a adotar para garantir a segurança das populações, a reposição das condições de normalidade e a prevenção de situações semelhantes no futuro. -----

Não estamos perante um episódio isolado. Estamos perante um sinal claro de vulnerabilidade territorial, num concelho com características orográficas particularmente exigentes, inserido numa região classificada como Património Mundial, o que reforça a responsabilidade na proteção do território, na salvaguarda das populações e na preservação de um património natural e paisagístico de valor universal excepcional. -----

Perante isto, importa saber: -----

- *Qual foi a resposta imediata do Município às ocorrências registadas?* -----
- *Foi realizado/iniciado o levantamento técnico dos danos?* -----
- *Existem relatórios técnicos formais que avaliem o risco de novos deslizamentos no concelho?* -----

Quanto ao Apoio aos Afetados, questiono: -----

De todas as ocorrências verificadas, a mais grave foi a que ocorreu em São Cristóvão. -----

Maria João Bessa
Artur Veiga

- Os munícipes afetados já receberam algum apoio do Município? -----
- O Município está a articular com a Proteção Civil, CCDR ou Governo Central para acesso a fundos de emergência? -----
- Há previsão de medidas extraordinárias de apoio caso se verifiquem mais prejuízos? -----

Relativamente ao Planeamento e Prevenção Futura. -----

O que verdadeiramente diferencia uma gestão circunstancial de uma gestão estratégica é a prevenção. Não podemos continuar a atuar apenas após a ocorrência do dano. É imperativo antecipar. -----

Assim, questiono: -----

- Que medidas estruturais estão a ser preparadas pelo Município face ao aumento de fenómenos climáticos extremos? (tempestades e incêndios)? -----

De seguida, tomou a palavra a deputada Celeste Marques, do Partido Socialista (PS), que após cumprimentar os presentes fez a seguinte intervenção: "Começo por dirigir uma palavra de reconhecimento ao Executivo Municipal pelo trabalho que tem vindo a desenvolver em prol do nosso concelho. É justo sublinhar o empenho demonstrado na dinamização de iniciativas que promovem o desenvolvimento local, reforçam a coesão social e contribuem para a melhoria da qualidade de vida da nossa população. -----

As ações concretizadas nas áreas social, cultural, educativa e infraestrutural evidenciam visão estratégica, capacidade de execução e, acima de tudo, um compromisso sério com o futuro do território. Revelam também uma governação de proximidade, atenta às necessidades reais dos cidadãos e orientada para soluções. -----

Permitam-me destacar, de forma muito particular, a criação do Regulamento Municipal de Incentivo e Apoio aos Viticultores do Concelho de Sabrosa, aprovado por esta Assembleia na última sessão. Trata-se de uma medida concreta, necessária e profundamente oportuna, num dos momentos mais exigentes que o setor vitivinícola enfrenta nas últimas décadas. -----

Ao avançar com este apoio direto - já em vigor desde o início do mês de fevereiro - o Executivo Municipal demonstrou sensibilidade política e social, mas também coragem e capacidade de agir de forma pioneira. Este regulamento representa mais do que um apoio financeiro: simboliza confiança, reconhecimento e um compromisso inequívoco com os pequenos e médios produtores, com a fixação das populações e com a sustentabilidade económica do nosso concelho. -----

Num território integrado na Região Demarcada do Douro, classificada como Património Mundial, a viticultura não é apenas uma atividade económica - é identidade, cultura, paisagem e herança coletiva. Defender os viticultores é preservar o nosso património, é proteger o equilíbrio social do mundo rural e é garantir futuro. -----

Este regulamento prova que o poder local, quando existe vontade política, pode agir com rapidez, proximidade e sentido estratégico, apoiando aqueles que diariamente mantêm viva a agricultura familiar e combatem a desertificação. -----



Jeremias Pedro



Contudo, não posso deixar de trazer também a esta Assembleia uma profunda preocupação relativamente aos prejuízos causados pelas recentes intempéries aos viticultores durienses, e em particular aos do nosso concelho. Os danos registados nas vinhas, nos muros de suporte, nas infraestruturas agrícolas e nas acessibilidades agravam de forma significativa uma situação económica já de si frágil. -----

Após dois anos particularmente difíceis - marcados por problemas de escoamento da produção e por quebras significativas nas vindimas - o setor volta a ser atingido por fenómenos climáticos adversos que provocam estragos imediatos e comprometem a produtividade futura. As chuvas intensas afetam a sanidade das vinhas, a qualidade da uva e a estabilidade económica das explorações. Para muitos produtores já descapitalizados, estes novos prejuízos representam mais um duro golpe. -----

É, por isso, essencial assegurar um acompanhamento próximo da situação, promover uma avaliação rigorosa dos danos e mobilizar todos os instrumentos de apoio disponíveis. -----

Nesse sentido, deixo um apelo ao Executivo Municipal, através do seu gabinete de apoio aos viticultores, aos Senhores Presidentes de Junta - pela proximidade que mantêm com as populações - e às associações e cooperativas agrícolas do concelho, para que reforcem a sensibilização junto dos viticultores no sentido de comunicarem formalmente os prejuízos às entidades competentes, nomeadamente à CCDR-Norte. Só através desse registo poderá ser viabilizado eventual apoio extraordinário. -----

Num território como o nosso, a viticultura é um pilar económico, social, cultural e ambiental. Num momento de sucessivas adversidades, é imperativo que as instituições estejam à altura da sua responsabilidade, dando sinais claros de apoio, solidariedade e compromisso. -----

Porque proteger os nossos viticultores é proteger o futuro do Douro. E proteger o Douro é proteger o futuro do nosso concelho. -----

Seguindo a ordem de inscrição, tomou a palavra a deputada Ana Carvalho, do Partido Chega, apresentando uma proposta do seguinte teor: "Proposta de Implementação da Transmissão em Direto das Reuniões da Assembleia Municipal - Reforço da Transparência e Aproveitamento de Recursos Municipais. -----

A democracia moderna exige transparência total e sem reservas. Não basta que as reuniões sejam formalmente públicas se a maioria dos munícipes, por razões profissionais ou de distância, não pode estar presente no auditório. -----

Recordamos que já em 24 de abril de 2023 foi votada nesta Assembleia uma proposta idêntica, que acabou rejeitada por maioria (14 votos contra), sob o argumento de "entraves legais" e proteção de dados (RGPD). -----

Passados quase três anos, verificamos que o que foi rotulado como "impedimento legal" é, na verdade, uma lacuna de vontade política. Municípios vizinhos e de todo o país já provaram que o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) não é um bloqueio, mas uma norma a cumprir enquanto se exerce a transparência. -----

Teófilo Pedro
Teófilo

Sublinho que o Município investiu na modernização dos serviços audiovisuais do Auditório Municipal. É politicamente incompreensível que este investimento tecnológico não seja rentabilizado para aproximar os eleitos dos eleitores, servindo apenas para eventos pontuais e não para o escrutínio democrático. -----

A democratização do acesso à informação deve ser transversal: as reuniões do Executivo Municipal, onde se decide o destino direto dos recursos do concelho, devem igualmente ser abertas ao olhar dos munícipes através da tecnologia. -----

A manutenção deste "apagão" democrático isola as instituições municipais dos cidadãos e não dignifica o esforço financeiro aplicado na requalificação dos equipamentos municipais. -----

Assim, como eleita do Partido CHEGA proponho que a Assembleia Municipal de Sabrosa recomende à Câmara Municipal: -----

- 1. A transmissão em direto, via redes sociais oficiais (Facebook/Instagram), de todas as sessões da Assembleia Municipal e das reuniões públicas do Executivo (Câmara Municipal); -----*
- 2. O aproveitamento imediato dos recursos audiovisuais do Auditório Municipal para este fim, eliminando desculpas de ordem técnica ou financeira; -----*
- 3. A disponibilização posterior das gravações para consulta pública; -----*
- 4. A definição e célere adaptação das regras técnicas e regulamentares necessárias à implementação da medida pela Mesa da Assembleia, garantindo o cumprimento da legislação em vigor, designadamente em matéria de proteção de dados, assegurando que a burocracia não seja utilizada como escudo contra a transparência democrática. -----*

A ser aprovada, a presente proposta deverá ser remetida à: -----

- Mesa da Assembleia Municipal de Sabrosa, para eventual adaptação do Regimento; -----*
- Câmara Municipal de Sabrosa, para assegurar os procedimentos técnicos e logísticos necessários". -----*

Tomou ainda a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, Artur Veiga, que após cumprimentar os presentes apresentou a seguinte intervenção: "Permitam-me, antes de mais, que dirija uma sentida e profunda palavra de solidariedade para com todas as vítimas, bem como para com todos aqueles que sofreram prejuízos materiais e pessoais em consequência das recentes depressões que assolaram a região da Zona Centro. -----

Desejo igualmente deixar uma referência aos acontecimentos de particular relevância que assolaram o nosso concelho, com especial destaque para a aldeia de São Cristóvão do Douro. -----

As sucessivas tempestades que se fizeram sentir na região do Douro provocaram estragos significativos, nomeadamente quedas de muros, deslizamentos de terras e graves problemas na rede viária, condicionando a mobilidade das populações e colocando em causa a segurança de pessoas e dos seus respetivos bens. -----

Perante esta realidade, exige-se de todos nós não apenas atenção - mas ação. Uma ação concreta, coordenada e eficaz. -----

Teresa Pedro
Ferny

Os fenómenos meteorológicos extremos a que temos vindo a assistir, aliados a um inverno particularmente rigoroso, têm implicado um aumento invulgar da despesa pública, quer ao nível municipal quer ao nível das juntas de freguesia. -----

As intervenções de emergência, a reposição de acessibilidades e a reparação de vias exigem recursos que ultrapassam as previsões orçamentais. -----

Importa destacar, pela sua elevada gravidade financeira, as intervenções necessárias nos caminhos rurais, cuja manutenção é da competência direta das juntas de freguesia. -----

A consolidação de taludes adjacentes e o levantamento e reconstrução de muros de suporte nestas vias revelam-se essenciais para garantir a sua transitabilidade e a segurança de quem delas depende diariamente, designadamente os agricultores. -----

Trata-se de trabalhos que, pela sua dimensão e frequência após episódios de intempérie, representam encargos extraordinários muito significativos. -----

Estes custos ultrapassam largamente as verbas normalmente previstas nas dotações correntes das juntas de freguesia, tornando-se, em muitos casos, incomportáveis sem recurso a reforço financeiro ou a mecanismos de apoio específicos. -----

O exemplo da freguesia de Sabrosa é particularmente elucidativo, pois os encargos já ultrapassaram significativamente os montantes inicialmente previstos, evidenciando bem a dimensão e a gravidade da situação. -----



Após o Governo ter anunciado a disponibilização de apoio às autarquias cujos prejuízos estejam devidamente justificados e comprovados, é essencial garantir que esse apoio chegue de forma célere, direta e adequada às freguesias, que são, muitas vezes, a primeira linha de resposta no terreno. -----

Neste contexto, torna-se particularmente, premente assegurar a criação e operacionalização de mecanismos de apoio extraordinário especificamente dirigidos às freguesias, garantindo-lhes os meios financeiros e institucionais indispensáveis a uma intervenção, eficaz e proporcional à dimensão da situação de emergência, salvaguardando, em permanência, o interesse público e a segurança das populações". -----

De seguida, tomou a palavra o deputado João Veiga, do PS, que após cumprimentar os presentes apresentou a seguinte intervenção: "2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva do Procedimento da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Sabrosa. -----

Tenho a informar que no passado dia vinte do mês de janeiro de 2026, participei na Reunião Plenária da Comissão Consultiva do Procedimento da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Sabrosa. A reunião decorreu simultaneamente nas instalações da biblioteca do CEISTAD de Sabrosa e através da uma plataforma de comunicação. -----

Reuniram-se os representantes dos serviços e entidades que integram a Comissão Consultiva do processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Sabrosa, convocados pela CCDR NORTE. A proposta do Plano Diretor Municipal (PDM) de Sabrosa foi colocada à votação, tendo


Teresa Palma

João Veiga

as entidades que constituem a Comissão Consultiva da 2.^a revisão do PDM de Sabrosa, em conferência procedimental, deliberado emitir parecer favorável condicionado. -----

Também a REN foi aprovada com parecer de sentido favorável, pelas entidades com competência sobre a matéria. -----

Após aprovação da ata da reunião, a CCDR NORTE emitirá o parecer positivo final". -----

O Presidente da Assembleia Municipal, na sequência da proposta genérica apresentada pela deputada Ana Carvalho, relativamente à transmissão via "streaming" das sessões da Assembleia Municipal, afirmou, ser sua intenção, trazer, já na próxima sessão uma proposta, devidamente analisada e fundamenta, dadas as questões fundamentais que se colocam, nomeadamente quanto ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e o regimento. -----

Quanto ao nível do equipamento tecnológico, pensa que o Auditório Municipal já estará apetrechado com o que será necessário para uma eventual transmissão. -----

De seguida, deu a palavra ao Vice-presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

Tomou a palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal, que após cumprimentar os presentes, informou que, em resposta às questões colocadas pela deputada Maria João Bessa, a Câmara Municipal esteve presente em todas as ocorrências, nomeadamente a Proteção Civil deslocou-se a todos os locais. Foram registadas 73 (setenta e três) ocorrências e contabilizados, em termos financeiros, os prejuízos. -----

Continuou dizendo que as intempéries assolaram uma grande parte do país, com ocorrências de fenómenos extremos, para os quais, muito desse território, a eles, não se encontrava resiliente e será necessário, todos pensarem em medidas que possam tornar o território mais resistente a esses fenómenos, a começar pelo Estado até aos Municípios e Freguesias. -----

Acrescentou ainda que foi recentemente publicado o Decreto, que estende a todo o país a calamidade, e a possibilidade de se recorrer a fundos do Estado Português, pelo que se espera conseguir verbas suficientes para repor a grande maioria das situações. -----

Para além disso, os agricultores estão também a efetuar as suas candidaturas junto das associações de agricultores, e que, pelo que sabe, o valor dos prejuízos cifra-se já em mais de um milhão de euros. -----

Terminou solicitando que fosse concedida a palavra ao Vereador António Araújo, com o pelouro da Proteção Civil para dar mais pormenores sobre esta situação. -----

Concedida que foi a palavra ao Vereador António Araújo, que após cumprimentar os presentes, agradeceu a oportunidade de dar a conhecer o trabalho da Proteção Civil, principalmente neste último mês, com inúmeras ocorrências de situações extremas. Este aumento de atividade iniciou-se com o nevão que ocorreu no mês passado, em que foram dois dias de muito trabalho e que obrigou ao fecho das escolas e o apoio às IPSS's, para garantir que o apoio domiciliário fosse prestado a todos os utentes, apesar dos constrangimentos na circulação de veículos devido à queda de neve. Foi ainda feito um agradecimento público a todas as entidades que ajudaram

Terena Pedro

Jeany

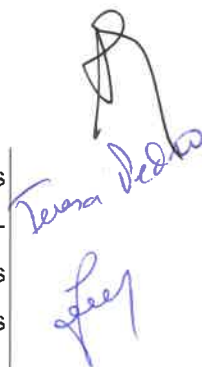
durante esses dias, que não foi só a Proteção Civil ou a Câmara Municipal, mas também outros agentes de proteção civil e até alguns particulares, a quem se agradece. -----

Relativamente às intempéries, informou que o Município de Sabrosa é o único que tem dados on-line e em tempo real que permitem saber quantas ocorrências, a data e a hora e em alguns casos, é possível aceder a fotografias dos locais. -----

Acrescentou que, para conhecimento geral, houve 30 (trinta) taludes e 16 (dezasseis) muros que cederam, tudo isto, ocorrências, apenas nas vias públicas, pois que se preocuparam essencialmente com a segurança e circulação de pessoas, em detrimento da preocupação com a agricultura, que é agora a prioridade. Houve ainda 3 (três) vias cortadas, sendo que a estrada do Cais da Foz, que estava cortada desde o dia 30 (trinta) de janeiro e que esteve com grande risco de colapsar completamente - não fora a intervenção no leito do Rio Douro, há uns anos atrás, com a construção de um muro de betão que fez um bom suporte da estrada – passou a permitir a circulação a veículos ligeiros e espera-se que até 5.ª feira, da próxima semana, seja completamente regularizada, permitindo também a circulação a todo o tipo de trânsito. -----

Referiu ainda que, a resposta dada às ocorrências foi imediata, e que o Centro Municipal de Proteção Civil esteve sempre a funcionar, não tendo sido os únicos a dar resposta às situações, dado que a Proteção Civil Municipal não tem carácter operacional, embora o faça, mas houve uma estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, com particulares, com os Sapadores Florestais, com os Bombeiros Voluntários de Sabrosa e Provesende, com empresas do ramo e com a APDL (Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo), motivo pelo qual se ativou a situação de alerta municipal, permitindo, desta forma, uma maior "flexibilidade" para se recorrer a todos os meios e no sentido de acautelar toda a segurança necessária para o bem-estar e circulação das pessoas. Sendo que os casos mais complicados foram o movimento de massas, em São Cristóvão do Douro, que foi "um milagre não ter acontecido uma desgraça humana" e que foi o local com mais prejuízo. Houve também ocorrências envolvendo a queda de 3 (três) postes, 10 (dez) árvores e 7 (sete) edifícios danificados. -----

Prosseguiu dizendo que estão a ser elaborados os relatórios finais com a contabilização dos prejuízos causados e que rondaram os dois milhões e quinhentos mil a três milhões de euros, não sendo estes, ainda, os valores finais. Sabe ainda, por exemplo, que, a Associação de Agricultores Fernão de Magalhães já fez 60 (sessenta) candidaturas de agricultores e que o montante em causa anda na ordem dos duzentos e sessenta mil euros, assim como a Associação dos Agricultores de Trás-os-Montes, já efetuou 30 (trinta) candidaturas, com um montante na ordem dos trezentos mil euros e ainda há outra associação com poucas ocorrências. Quanto ao montando dos prejuízos da parte pública, estão já assinalados na ordem de um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil euros e no sector privado ronda os duzentos e setenta mil euros, até ao momento. Estão também a ser analisadas algumas estradas que ficaram com muitos danos, nomeadamente a estrada de Gouvães a Covas do Douro, que já estava em mau estado e que agora ficou muito pior. Estão, portanto, a contabilizar todos os dados para poderem


Teresa Pedro
Jury

se candidatar às ajudas do Estado e para que ninguém fique de fora das ajudas. Têm se mantido atentos aos apoios que estão a surgir, tendo, inclusivamente, já sido feita uma candidatura através do Fundo Ambiental para repor caminhos e açudes, relativamente aos incêndios do ano passado e para a qual estão atentos ao desenrolar da situação. -----

No que diz respeito ao questionado sobre se os Municípios já receberam algum apoio do Município, disse, terem recebido, não apoio monetário, porque não há para já, mas que foi prestado todo o apoio possível, como se pode verificar, por exemplo, com a ocorrência da enxurrada em São Cristóvão do Douro, que, embora não fosse obrigação do Município, foram feitos todos os esforços no sentido de se efetuar rapidamente o trabalho de limpeza, ou, no alerta às pessoas para se dirigirem às associações de agricultores que os apoiarão na realização das suas candidaturas no site da CCDR-N. -----



Continuou dizendo que, quanto às medidas estruturais em relação aos incêndios e ao futuro, que os Sapadores Florestais estão a trabalhar na rede primária, sendo que esse serviço é da responsabilidade do ICNF e que assim que essa tarefa estiver concluída passarão para a rede secundária. Estão também em contacto com empresas do concelho e algumas Juntas de Freguesia, para se efetuar a gestão de faixas de combustíveis com prioridade à volta das aldeias e que, como atrás referiu, a candidatura ao Fundo Ambiental, irá também apoiar as localidades de Anta – na parte não afetada pelos incêndios – e Garganta. -----

Em resposta à intervenção da deputada Celeste Marques, disse estarem atentos, a trabalhar com foco, contudo também ficam desiludidos, porque em relação aos 3 (três) incêndios, onde Sabrosa ficou incluída na ajuda aos agricultores, a Câmara Municipal, inclusivamente, disponibilizou um funcionário e instalações para dar apoio a esses agricultores. Neste momento, os pedidos de apoio estão perto de atingir a centena de agricultores afetados, sendo que cerca de 60% dos locais já foram vistoriados por um técnico da CCDR-N e um técnico da Câmara Municipal e também já estão pagos esses prejuízos. -----

No entanto, e apesar de terem sido criadas expectativas de que estes incêndios iriam ser contemplados com as ajudas do Governo, apesar das cartas enviadas ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, ao Ministro da Agricultura, ao Secretário de Estado, bem como os vários email's trocados a alertar para esta situação, a Resolução do Conselho de Ministros, que saiu relativamente aos incêndios, excluí o incêndio de Souto Maior, que ocorreu a 16 (dezasseis) de julho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), por uma questão de datas. -----

Terminou dizendo que estão atentos ao desenrolar da questão e que continuam a trabalhar em defesa dos Municípios. -----

Retomou a palavra o Vice-presidente da Câmara Municipal, reforçando a informação já prestada pela deputada Celeste Marques, de que estão abertas as candidaturas para incentivo e apoio aos viticultores, no âmbito da entrada em vigor do respetivo regulamento e a importância da sua divulgação. -----


Terça-feira


Quanto à questão da deputada Ana Carvalho, sobre as transmissões das reuniões/sessões, disse que, a Câmara Municipal é um órgão diferente da Assembleia Municipal, sendo que cada um deles tem o seu regimento. Assim, será necessário apresentar um pedido à Câmara Municipal para a transmissão das suas reuniões públicas, que será submetido a reunião de Executivo Municipal para apreciação e votação. -----

Por fim, sobre a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, Artur Veiga, quanto à questão dos estragos no território, na sequência das intempéries, esclareceu que estão atentos ao nível do apoio a essas situações e reforçou a importância da recolha de todos os dados para análise e avaliação, para um possível apoio ao nível financeiro, ao nível dos muros de suporte e taludes de domínio público. -----

Seguidamente, tomou a palavra a deputada Suzanne Peixoto, do PSD, que após cumprimentar os presentes, afirmou a importância de se trabalhar antes dos acontecimentos ocorrerem, criando planos de prevenção para se agir atempadamente e não estar à espera dos subsídios para depois apenas reclamar. -----

Questionou, portanto, relativamente aos incêndios e ao aproximar de mais uma época de verão, se já foi feito o Plano de Prevenção de Incêndios e onde se encontra disponível a lista do que já foi pago, relativamente aos incêndios do verão passado. -----

Foi autorizada a intervenção do Vereador António Araújo, que explicou que existe um trabalho prévio, no que concerne à prevenção, contudo é difícil prever o que aconteceu. Acresce a esta situação, o facto de durante vários anos se terem ignorado as linhas de água existentes, quer com o arroteamento de terrenos agrícolas, quer com a construção de habitações em cima dessas linhas de água. Situação que "obrigou" a mais algum cuidado nesta revisão do PDM que está praticamente concluída. -----

Quanto ao programa dos incêndios, o Programa Operacional Municipal, já está a ser trabalhado para que possa ser publicado durante o mês de abril, tal como a lei obriga. -----

No que se refere ao apoio aos agricultores, o que foi tornado público, foram apenas as ocorrências e não os nomes das pessoas afetadas, dado que estão em causa a proteção de dados pessoais dos afetados, não havendo, contudo, restrição à divulgação, neste órgão, do número global de ocorrências. -----

---- **Ponto dois: Período da ordem do dia:** -----

---- **Dois ponto um: Informações e esclarecimentos da Mesa da Assembleia Municipal.** ---

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a senhora Presidente da Câmara Municipal estava ausente, em representação do Município. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

---- **Dois ponto dois: Presente a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 (vinte dois) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).** -----

O Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo a deputada Celeste Marques, solicitado a sua inscrição. ----

Teresa Peixoto
Peixoto

Tomou a palavra a deputada Celeste Marques, do PS, solicitando a correção da sua intervenção, que consta da folha 20 (vinte), linha 27 (vinte e sete) da presente ata, referindo que onde se lê "... porque o ministro foi ouvido", deve ler-se "... porque o ministro ouviu as sugestões dos representantes dos viticultores". Sugestão que foi aceite pelos presentes e colocada a votação. Não participaram na votação os deputados Fernando Silva e o Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Anta e Paradela de Guiães, José Gonçalves, por não terem estado presentes na referida sessão da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 22 (vinte e dois) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), pelos presentes na sessão. ----

Dois ponto três: Presente a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 (doze) de janeiro de 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

Colocado o assunto a discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 (doze) de janeiro de 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

Dois ponto quatro: Presente informação da Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Foi dada a palavra ao Vice-presidente da Câmara Municipal, Martinho Gonçalves, que, apresentou sucintamente a informação da Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, salientando os seguintes pontos: Relativamente à UOF-OSOT, disse que estão em construção cerca de 33 (trinta e três) fogos relativos às empreitadas da Estratégia Local de Habitação e que se efetuou a reconstrução de muros de suporte em Gouvães do Douro e Covas do Douro. -----

Quanto à UOF-ESAS, deu nota da participação do Município de Sabrosa no 24.º aniversário da inscrição do Alto Douro Vinhateiro na Lista do Património Mundial da UNESCO, que decorreu no Teatro Ribeiro Conceição, em Lamego, tendo sido muito bem representados pelo Agrupamento de Escolas Miguel Torga – Sabrosa; foram entregues 114 (cento e catorze) Bolsas de Estudo Miguel Torga para o Ensino Superior, relativas ao ano letivo 2025/2026, com um investimento na ordem dos €68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos euros); no PIPSE, continuaram as atividades do Programa (Inter)Municipal de Promoção do Sucesso Escolar; a Academia Sénior tem participado em diversas atividades e aulas diariamente; ao nível da Saúde, foram entregues aos alunos dos Jardins de Infância públicos e privados do concelho, kits de saúde oral, no âmbito de uma parceria entre a UCC do Centro de Saúde de Sabrosa, uma Clínica Dentária e o Município de Sabrosa. -----

Ao nível da Ação Social, referiu que o projeto Radar Social termina em junho, sendo que será possível a sua prorrogação até ao final do presente ano, tendo-se efetuado 148 (cento e quarenta e oito) sinalizações e foram encaminhados 140 (cento e quarenta) casos; no incentivo à natalidade, foram apoiados 36 (trinta e seis) nascimentos no concelho, durante o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco); relativamente ao cartão do idoso, são apoiadas em média 190 (cento e

Três
Pedro

noventa) pessoas do concelho, com uma média de apoio mensal de cerca de €21,00 (vinte e um euros) por pessoa; o projeto "Monstros que Abraçam" entregou equipamentos/mobiliário reabilitados/restaurados a 9 (nove) famílias; o Almoço de Natal Sénior que decorreu no Mercado dos Produtos Durienses, em colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário de Sabrosa e algumas IPSS's, reuniu cerca de 750 (setecentos e cinquenta) idosos do concelho; foram ainda entregues 20 (vinte) cabazes solidários às famílias mais carenciadas e sinalizadas pela equipa da ação social; quanto ao Balcão da Inclusão, que percorre o concelho desde março de 2025 (dois de mil e vinte e cinco), tem um total acumulado de 280 (duzentos e oitenta) atendimentos. -----

Por fim, sobre a área do Desporto, destacou a atividade da Piscina Rosa Mota, com o elevado número de crianças e jovens que frequentam as aulas de natação, algumas inclusivamente, oriundas de concelhos vizinhos. -----

Colocado o assunto à discussão, solicitou a sua inscrição a deputada Maria João Bessa. -----



Tomou a palavra a deputada Maria João Bessa dizendo que relativamente à Estratégia Local de Habitação referida na página 5 (cinco) do documento em apreço, e, pela sua análise, constata que os dados aí enunciados, relativamente aos beneficiários diretos, são exatamente os mesmos indicados no documento em análise na anterior sessão desta Assembleia Municipal de 22 (vinte e dois) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), sendo que nos dados gerais da candidatura o grau de execução é diferente, até superior. -----

Posto isto, questiona se já existem fogos totalmente prontos para entrega? Quantos fogos foram entregues? E, se há alguma data prevista/definida para a conclusão e entrega das habitações, pois que em concelhos vizinhos, como por exemplo Vila Real, já há 180 (cento e oitenta) fogos a serem entregues. -----

Em resposta, o Vice-presidente da Câmara Municipal esclareceu que existem 17 (dezassete) candidaturas para um total de 46 (quarenta e seis) fogos, distribuídos pelo Concelho. -----

Quanto aos fogos que estão concluídos, como sejam, 2 (dois) em Provesende, 2 (dois) em Feitais, 3 (três) em São Lourenço de Ribapinhão e 1 (um) em Saudel, em termos de obra estes estão concluídos, tendo-se passado para a fase de concretização dos registos dos imóveis.

Contudo, antes de se concretizar a entrega dos mesmos, será ainda necessário submeter à sessão da Assembleia Municipal o Regulamento para a atribuição destas habitações, e, para o qual, houve necessidade de o refazer, para se poderem abrir as candidaturas e posteriormente proceder-se à entrega dos imóveis. Todos os outros continuam em obra, sendo que como são candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), espera-se a sua conclusão dentro do prazo. Também o 1.º Direito propõe algumas soluções, nomeadamente se a obra for concretizada até dezembro, poderão ser apoiados em 85%, baixando a percentagem do apoio, proporcionalmente, no decorrer dos meses seguintes e até 2027 (dois mil e vinte e sete). Situação que não depende exclusivamente da Câmara Municipal, mas também, dos empreiteiros e do ritmo das obras, pois que, por vezes existem constrangimentos, como sejam por atraso na


Maria João Bessa


construção devido às chuvas, às intempéries ou atraso na receção de materiais, situações como as que se verificaram recentemente. -----

Quanto à referência da deputada Maria João Bessa, de que em Vila Real já foram entregues várias habitações, disse serem estratégias diferentes, pois a opção deles foi construir um bairro completo, construção chave na mão de 180 (cento e oitenta) fogos, opção completamente distinta da opção do Município de Sabrosa. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

---- **Dois ponto cinco:** Presente informação n.º 788/26 da UOF AFP datada de 19 (dezanove) de janeiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), referente ao assunto: Declarações de pagamentos em atraso, recebimentos em atraso e compromissos plurianuais. -----

Colocado o assunto a discussão, solicitou a sua inscrição a deputada Ana Carvalho, do Partido Chega, que apresentou uma intervenção do seguinte teor: "*Requerimento de Esclarecimento sobre a Declaração de Recebimentos em atraso (31/12/2025)*". -----

Ao abrigo das competências de fiscalização previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no exercício do meu dever como Deputada Municipal, venho por este meio requerer à Câmara Municipal, através de Vossa Excelência, esclarecimentos detalhados relativos à Informação n.º 788/26 da UOF AFP, datada de 19 de janeiro de 2026. -----

Este documento, mencionado no Ponto 2.5 da Convocatória para a Sessão Ordinária de 27/02/2026, reporta uma Declaração de Recebimentos em Atraso onde consta o valor total de 631.879,47€ mil euros, dos quais 542.555,17€ se encontram sob a rubrica genérica de "Outros". -----

Nesse sentido, solicita-se: -----

1. *A discriminação por categorias das verbas que compõem este montante, salvaguardando-se o rigoroso cumprimento das normas de Proteção de Dados Pessoais (RGPD) no que toca à identidade individual de munícipes em situação de fragilidade, se assim aplicável;* -----
2. *A identificação das naturezas de receita (ex: taxas, rendas, serviços, etc.) incluídas na referida rubrica;* -----
3. *A antiguidade das referidas dívidas e respetivos montantes por ano;* -----
4. *O ponto de situação da cobrança, nomeadamente a existência de processos de execução fiscal ou a celebração de acordos de pagamento/planos de regularização.* -----

Esta solicitação visa garantir a transparência e o tratamento equitativo entre todos os munícipes, distinguindo situações de carência social, que devem ser acompanhadas pelo Município, de eventuais incumprimentos que prejudicam a gestão dos recursos públicos. -----

Foi dada a palavra ao Vice-presidente da Câmara Municipal que esclareceu que, na declaração de recebimentos em atraso existentes a 31 (trinta e um) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na rubrica "Outros", grande parte desse valor, que ultrapassa os quinhentos mil euros, se deve à transferência da Estrada Nacional 322 para Estrada Municipal 322, que vai de Anta até ao cruzamento de Paços. -----

AP
Teren Pedro
Levy

Relativamente ao solicitado pela deputada Ana Carvalho, informou que posteriormente a Câmara Municipal fará chegar todos os esclarecimentos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a resposta que vier a ser dada pelo Executivo Municipal, será enviada a todos os deputados para conhecimento. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

---- **Dois ponto seis: Presente informação n.º 1727/26 da UOF AFP datada de 10 (dez) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), referente ao assunto:** Modificação Orçamental n.º 3 que corresponde à Alteração Modificativa n.º 1 (revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 1 e Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais n.º 1. - Colocado o assunto à discussão, solicitou a sua inscrição a deputada Maria João Bessa. -----

Tomou a palavra a deputada Maria João Bessa, do PSD, pedindo esclarecimentos relativamente alteração modificativa n.º 1, mais precisamente sobre a Fundação Patronato de Santo António – Gestão da Academia Sénior de Sabrosa e colaboração com o Programa + Vida. -----

O Vice-presidente da Câmara Municipal, esclareceu que a Câmara Municipal de Sabrosa protocolou com a Fundação Patronato de Santo António – Sabrosa, a atribuição da gestão da Academia Sénior, no que se refere aos recursos humanos, integrando também um colaborador que faz parte do Programa + Vida, tendo o mesmo protocolo, sido aprovado em Reunião de Executivo Municipal. -----

De novo, no uso da palavra, a deputada Maria João Bessa, solicitou mais esclarecimentos, dado que, segundo o que tem conhecimento, a Academia Sénior de Sabrosa tem funcionado muito bem e tem muitas e boas atividades, pelo que não entende esta mudança. Perguntou qual o circuito para a atribuição deste subsídio e se está tudo a funcionar bem, por que razão deixar, a Academia Sénior, de pertencer à esfera da Câmara Municipal e passar para a Fundação Patronato de Santo António, apenas por uma questão de recursos humanos. -----

Seguidamente, o Vice-presidente da Câmara Municipal, respondeu que a Câmara Municipal irá transferir, em 2026 (dois mil e vinte e seis) e 2027 (dois mil e vinte e sete), um valor aproximado ao mencionado no documento, uma vez que este valor poderá sofrer, ou não, alguma alteração, para a Fundação Patronato de Santo António, para que esta entidade tenha os recursos humanos necessários ao funcionamento da Academia Sénior de Sabrosa e para o Programa + Vida, de acordo com o protocolo aprovado em reunião do Executivo Municipal. -----

Foi solicitada autorização para o uso da palavra pelo Vereador António Correia, que depois de concedida, tomou a palavra dizendo que em reunião do executivo municipal, este assunto foi discutido, tendo sido solicitados esclarecimentos adicionais à Presidente da Câmara Municipal sobre como iriam funcionar os fundos, isto é, sendo este um projeto em curso e financiado, como é que a Câmara Municipal deixa de receber e passam esses fundos para outra entidade. Esclarecimentos que até ao momento não foram recebidos. -----

Por fim, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que provavelmente o Vereador António Correia estará a referir-se ao projeto + Vida, uma vez que fala em fundos e candidatura, pois

Teresa Pedro
João

este projeto tem um técnico acoplado, diferente da Academia Sénior de Sabrosa. No que respeita aos esclarecimentos solicitados em reunião de executivo municipal, estes ser-lhe-ão dados. ----

Deliberação: Aprovada por maioria, a Modificação Orçamental n.º 3, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 1 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 1, Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais n.º 1, com 9 (nove) abstenções dos deputados Ana Cláudia Carvalho, João Borges, Vanessa Ribeiro, Maria Alice Lapa, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, Dani Teixeira, Fernando Silva e o Presidente de Junta de Freguesia de Paços, Márcio Félix. -----

---- **Dois ponto sete: Presente informação n.º 1722/26 da UOF AFP datada de 10 (dez) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), referente ao assunto:** Lista de adjudicações plurianuais, em cumprimento da deliberação aprovada em Assembleia Municipal de 22 (vinte e dois) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

---- **Dois ponto oito: Presente informação n.º 1693/26 da UOF AFP datada de 9 (nove) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), referente ao assunto:** Primeira alteração ao Mapa de Pessoal 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a primeira alteração ao Mapa de Pessoal 2026 (dois mil e vinte e seis), com 10 (dez) abstenções dos Deputados Ana Cláudia Carvalho, João Borges, Vanessa Ribeiro, Maria Alice Lapa, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, Dani Teixeira, Fernando Silva e os Presidentes de Junta de Freguesia de Paços, Márcio Félix e Torre do Pinhão, Ana Rente, de acordo com a alínea o), do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação. -----

---- **Dois ponto nove: Presente informação n.º 1697/26 da UOF AFP datada de 9 (nove) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), referente ao assunto:** Primeira alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2026 (dois mil e vinte seis). -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a primeira alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2026 (dois mil e vinte e seis), com 10 (dez) abstenções dos Deputados Ana Cláudia Carvalho, João Borges, Vanessa Ribeiro, Maria Alice Lapa, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, Dani Teixeira, Fernando Silva e os Presidentes de Junta de Freguesia de Paços, Márcio Félix e Torre do Pinhão, Ana Rente. -----

---- **Dois ponto dez: Presente informação n.º 1707/26 da UOF AFP datada de 10 (dez) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), referente ao assunto:** Minuta de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia. -----

Colocado o assunto à discussão, solicitou a sua inscrição a deputada Suzanne Peixoto. -----

Tereng
Peixoto
feely

A
Teuro
Pedro
Jeen

Tomou a palavra a deputada Suzanne Peixoto, do PSD, dizendo que durante a reunião com os Presidentes de Junta de Freguesia foram faladas duas datas: abril/maio e setembro/outubro, contudo as limpezas de bermas e valetes podem ser feitas em outras datas. Questiona, portanto, por que não foi indicado que a limpeza seria paga duas vezes por ano e mediante as necessidades, em vez de se ter definido essas mesmas datas como datas concretas. -----

No uso da palavra, o Vice-presidente da Câmara Municipal respondeu que o documento aqui apresentado foi o acordado com todos os Presidentes de Junta de Freguesia e no que se refere aos dois pagamentos, apenas diz respeito à limpeza de bermas e valetas, tendo sido discutidos quais os meses em que são usualmente feitas estas limpezas, os meses em que a vegetação mais cresce e que haverá mais trabalho, mas que será sempre dentro período que serão feitos os respetivos pagamentos dos valores relativos à delegação de competências de limpeza de bermas e valetas, independentemente do trabalho ser realizado antes ou depois. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências entre o Município de Sabrosa e as Juntas de Freguesia de: Celeirós do Douro, Covas do Douro, Gouvinhas, Paços, Parada do Pinhão, Sabrosa, São Lourenço de Ribapinhão, Souto Maior, Torre do Pinhão, Vilarinho de São Romão, União de Freguesias de Provesende, Gouvães do Douro, São Cristóvão do Douro e União de Freguesias de São Martinho de Anta e Paradela de Guiães, em matéria de transferências do município, limpeza de bermas e valetas nos limites administrativos da respetiva freguesia, transporte escolar e transporte de carreira pública, nos casos aplicáveis, de acordo com a alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

---- **Dois ponto onze: Presente informação n.º 1704/26 da UOF AFP datada de 9 (nove) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), referente ao assunto:** Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Sabrosa. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a proposta de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Sabrosa, de acordo com a alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

---- **Dois ponto doze: Presente informação n.º 1626/26 da UOF ESAS datada de 6 (seis) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), referente ao assunto:** Concurso Público para a Aquisição do Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região do Douro - Proposta de alteração. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a reprogramação financeira do Procedimento Concursal do Serviço Público de Transporte de Passageiros da CIM Douro, no que respeita à participação do Município de Sabrosa, ajustando o período de execução do contrato para 2026 a 2031. Mais foi deliberado autorizar a repartição de encargos e a consequente assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º

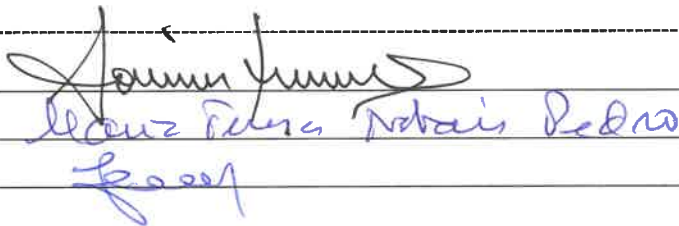
197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, e das disposições conjugadas da alínea b), do artigo 3.º, e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, nos seguintes termos: a) Ano 2026: [Período de Transição de 6 meses]; b) Ano 2027: [240.923,08€, valor ao qual acresce o IVA]; c) Ano 2028: [244.548,66€, valor ao qual acresce o IVA]; d) Ano 2029: [248.048,79€, valor ao qual acresce o IVA]; e) Ano 2030: [253.005,69€, valor ao qual acresce o IVA]; f) Ano 2031: [258.065,80€, valor ao qual acresce o IVA]. -----

----- **Ponto três: Período de Intervenção do Público:** -----

Não houve qualquer inscrição para intervenção neste ponto da ordem de trabalhos. -----

- **Todas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e da Deliberação desta Assembleia Municipal tomada na Sessão Ordinária de 22 de dezembro de 2025.** -----

---- Pelas vinte horas deu-se por encerrada a Sessão, da qual se lavrou a presente ata, que segue assinada. -----



The image shows three handwritten signatures in blue ink on a set of four horizontal lines. The top signature is the most prominent and appears to be 'João Nunes'. Below it, there are two more signatures, one of which is partially legible as 'Luís Filipe Nobais Pedro'.